



Município de Alcácer do Sal

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

1 Reunião Ordinária de 12 de março de 2026

2 Ata n.º 04

3
4 Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Alcácer do
5 Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Os
6 trabalhos foram conduzidos pela Presidente, Clarisse Maria Gaudino Veredas
7 Campos, na presença dos Vereadores, António José Freitas Grilo, Vice-Presidente,
8 Mário Alberto Martins Caixas, Arlindo José Paulino de Passos e Maria Manuela
9 Loureiro Caixas.

10 A reunião foi secretariada pela assistente técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos
11 Autárquicos, Maria Manuela Martins Caixas Carradinha.

12 Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente deu início à reunião.

13 A Presidente justificou a ausência da Vereadora Ana Margarida Fura Morgado.

14
15 Antes da Ordem do Dia

16
17 A Presidente informou que na próxima reunião de Câmara virá apenas para dar
18 conhecimento e ficar na ordem de trabalhos, o Despacho nº 15/GAP/2026, em que o
19 mesmo revoga os despachos em que designava o Vereador Mário Caixas a tempo
20 inteiro e também da delegação de competências, esclarecendo que os motivos estão
21 explanados no respetivo despacho. A Presidente referiu que este foi um assunto
22 discutido pelo executivo permanente, sendo uma questão de confiança, na medida em
23 que se atravessa um momento bastante difícil e é preciso uma equipa coesa, em que
24 a confiança é fundamental, concluindo que esta é uma competência da Presidente da
25 Câmara, uma decisão que foi tomada após ponderação.

26 A Presidente também, informou que esteve presente em várias reuniões,
27 nomeadamente na tomada de posse do Sr. Presidente da Comissão de Coordenação
28 da Região do Alentejo, em que esteve presente o Sr. Ministro da Coesão, o Sr.



29 Secretário do Estado da Administração Local e o Sr. Ministro da Educação,
30 esclarecendo que reforçou as necessidades do município, e que se continua à espera
31 dos apoios tanto para o município, como para empresas e também para os
32 particulares.

33 A Presidente informou também de que esteve numa reunião em Coimbra a convite da
34 Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde estiveram presentes o Sr.
35 Secretário do Estado das Autarquias Locais, o Sr. Secretário do Estado da Economia
36 e Planeamento, nesta reunião foi pedido aos Presidentes de Câmara que expusessem
37 as suas questões, referindo a Presidente que nesta reunião na qualidade de
38 Presidente da CIMAL, reforçou novamente a necessidade dos apoios.

39 A Presidente disse que os Serviços do Município tem estado a apoiar a elaboração
40 das várias candidaturas, assim como a fazer-se as respetivas vistorias para que os
41 processos sejam mais céleres, concluindo que não há verbas por parte da CCDRA
42 para se poder pagar.

43 A Presidente referiu que foi recebido da União de Missão, um inquérito sobre a
44 elaboração de um possível contrato-programa para apoiar as empresas e particulares,
45 o mesmo já foi respondido, continuando-se a aguardar por parte do Governo a ajudar
46 aos particulares e às empresas, que é sem dúvida o que mais a preocupa.

47 A Presidente referiu-se, também aos danos do município, nomeadamente à
48 preocupação como se irá reabilitar estradas, espaços e reerguer os diferentes
49 serviços, referindo que até ao momento só contamos com o dinheiro do município,
50 sendo necessário e urgente que o Governo entregue dinheiro à CCDRA-Alentejo, a fim
51 de se pagar as candidaturas que já estão aprovadas e também ajudar as pessoas.

52 A Presidente concluiu dizendo que as pessoas fazem conta com os donativos, e com a
53 ajuda do município.

54

55 O Vereador Arlindo Passos, questionou sobre a conta “Reerguer Alcácer” e também
56 para quando a abertura do Cemitério.

57

58 A Presidente respondeu ao Vereador Arlindo Passos, dizendo que na questão da
59 conta “Reerguer Alcácer”, irá realizar-se uma reunião na próxima terça-feira e de
60 seguida poderá responder à questão. No que se refere à abertura do Cemitério, vai ser
61 feita uma reunião com os responsáveis para saber se estão reunidas as condições
62 para se poder abrir ao público.

63



64 O Vereador Mário Caixas, referiu que o Despacho nº 15-GAP-2026, deveria ter sido
65 com 5 dias de antecedência, segue-se transcrição integral das declarações proferidas
66 pelo Vereador:

67 Declaração à Câmara Municipal do Vereador Mário Alberto Martins Caixas.

68 Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal e Exmo. Senhor Vereador.

69 1 – Integrei a lista de candidatos apresentada pelo Partido Socialista à Câmara
70 Municipal de Alcácer do Sal nas eleições realizadas em 12 de outubro de 2025 de
71 Alcácer do Sal nas eleições realizadas em 12 de outubro de 2025, na terceira posição,
72 sendo que os resultados eleitorais no respeitante àquele órgão determinaram a eleição
73 dos três primeiros nomes da referida lista, sendo os demais dois vereadores eleitos na
74 lista da CDU, Coligação Democrática Unitária.

75 2 - Após a tomada de posse, em novembro passado, a Sra. Presidente proferiu
76 despachos no sentido de as funções executivas serem assumidas, além dela,
77 Presidente, pelos outros dois outros eleitos na lista do Partido Socialista, os
78 vereadores António José Freitas Grilo, em regime de meio tempo, e Mário Alberto
79 Martins Caixas, eu próprio, em regime de tempo inteiro.

80 3 - A mim, sendo-me confiados, os pelouros que, simplisticamente, por referência à
81 estrutura orgânica da Câmara Municipal, objeto do despacho de 23 de dezembro de
82 2025 da Sr.^a Presidente da Câmara, correspondiam à supervisão da Divisão de
83 Ambiente e Serviços Urbanos, e da Divisão de Obras Municipais e Mobilidade,
84 envolvendo no serviço externo mais de duas centenas de trabalhadores e o essencial
85 do equipamento de intervenção do município.

86 4 - A aceitação, pela minha parte, das referidas funções executivas contava para
87 ultrapassar a dimensão e complexidade das mesmas, para lá da colaboração de todos
88 os trabalhadores dos serviços referidos com a coordenação da Sra. Presidente, da
89 atividade da Câmara Municipal.

90 5 - No quadro subsequente aos acontecimentos climatéricos dos meses de janeiro e
91 fevereiro últimos, na semana passada, interpelei a Sra. Presidente sobre a
92 necessidade de clarificação do funcionamento da interação dos três membros com
93 funções executivas desta Câmara. Sob pena da reformulação, pela minha parte, do
94 exercício de funções de vereador, a que a mesma correspondeu com a prolação do
95 despacho número 015-GAP-2026 de 10 de março de 2026, no qual, em súmula,
96 revogou, no segmento respetivo, os despachos em que me tinham sido atribuídas
97 funções executivas, ainda no final do qual ordenou que fosse dado conhecimento do
98 mesmo à Câmara Municipal na reunião subsequente, desta hora em curso.

99 6 - No supracitado despacho número 015-GAP-2026, afirma a Sra. Presidente que
100 cessou a especial confiança política e institucional entre ela, Sra. Presidente, e o



101 vereador Mário Caixas, pressuposto da designação e manutenção, por este, das
102 referidas funções executivas.

103 7 - Para tanto, dizendo que as exigências da situação em Alcácer do Sal, posterior às
104 recentes inundações, impõe, e cito, uma resposta institucional coesa, célere e
105 plenamente articulada entre os membros do Executivo, fim de citação, lugares comuns
106 que não se questionam, e para justificar o exercício de poderes discricionários,
107 artificialmente afirmando que assim se deu, volto a citar, de modo a assegurar a
108 eficaz prossecução do interesse público e a adequada gestão dos recursos
109 municipais, fim de citação.

110 8 - Desta forma nebulosa e vulgar, pretendendo-se tão só descredibilizar o exercício
111 das minhas funções executivas, ao longo de mais de quatro meses que exigem os
112 esclarecimentos e as retificações que se seguem.

113 9 - Desde o início das minhas funções como vereador, recorro dos meses de
114 novembro e dezembro passados a não disponibilização pela Sra. Presidente de
115 pessoa que prestasse apoio pessoal à minha atividade e o acentuar de um
116 consequente afastamento interpessoal frustrador da atuação coordenada se exigia.

117 10 - A par da inoperacionalidade no assunto árvores do cemitério municipal, referente
118 à situação de debilidade de algumas árvores naquele, em aparente risco de queda e
119 consequente perigo para pessoas, sepulturas e jazigos, que me levou a solicitar
120 decisão no sentido do corte daquelas que a Sra. Presidente interferiu com base em
121 alegado parecer técnico negativo, pugnando pela manutenção das mesmas.

122 11 - Ao mesmo tempo, já neste ano de 2026, não se verificaram entre os três
123 membros da Câmara Municipal com funções executivas quaisquer reuniões
124 preparatórias do trabalho a realizar e avaliadoras do executado, naturalmente
125 reservadas, e que não se confundem com reuniões públicas da Câmara Municipal,
126 nem tampouco com informações e instruções da Sra. Presidente tendentes a supri-las,
127 num quadro em que os dias continuados de chuva, acompanhados de vento forte, na
128 segunda quinzena de janeiro passado, provocavam progressivamente o agravamento
129 na resposta dos serviços que eu supervisionava.

130 12 - Estes serviços que, na última semana desse mês e primeira semana de fevereiro,
131 confrontados com a expectável, é isto que eu quero dizer, queda de várias árvores no
132 cemitério e depois, com as cheias abruptas do rio Sado, atuaram sem descrição
133 exaustiva para remover aquelas árvores no cemitério, para garantir o funcionamento
134 da vala de escoamento na traseira sul da Avenida dos Aviadores, para desobstruir a
135 circulação na Estrada Nacional 5, junto à Quinta da Palmeira, submersa por um rio de
136 água e areia, vindo de norte para sul da encosta adjacente, para acionar o mecanismo
137 de escoamento de urgência ou, eu digo mesmo, de extrema urgência do açude da



138 Barrosinha e para, em outros diversos locais, minorar os danos e efeitos em estradas
139 e barreiras, situações de necessidade em que atuei, literalmente, sem a cooperação
140 da Sra. Presidente e do outro Sr. Vereador, com funções executivas, contando
141 exclusivamente com o esforço nos limites de todos os trabalhadores dos serviços que
142 dirijo ou que dirigia.

143 13 - Bem como quando os meios municipais se mostraram incapazes de enfrentar as
144 situações com um recurso a meios e pessoal de entidades privadas, conforme o
145 princípio do artigo 19º, número 5, a linha f), segunda parte, da referida Estrutura
146 Orgânica da Câmara Municipal. Estas que não hesitaram, estas as entidades privadas,
147 que não hesitaram em responder com prontidão às solicitações formuladas de
148 equipamento e pessoal operador, as quais foram devidamente identificadas e a quem
149 eu próprio transmiti que haveriam de reclamar do município os valores de despesa que
150 tivessem por bem, a apreciar pela Câmara Municipal.

151 14 - Em suma, em termos institucionais, a Senhora Presidente ignorou o serviço da
152 primeira das competências internas que lhe estão legalmente deferidas, a da
153 coordenação da atividade executiva da Câmara Municipal, pressuposto e condição da
154 legal previsão de coadjuvação pelos vereadores com funções executivas, defraudando
155 as mesmas.

156 15 - Ainda, na sua atuação política, a Senhora Presidente evidenciou a incapacidade
157 de trabalhar em equipa com os vereadores em funções executivas, bem como de
158 dialogar para a formação da vontade do órgão Câmara Municipal ao arrepio dos
159 princípios democráticos do Partido Socialista, que subscreveu a candidatura em que
160 ela, Senhora Presidente e eu nos candidatamos.

161 16 - Atuação institucional e política inconsequente da Senhora Presidente, que, no
162 período crítico de fins de janeiro e princípios de fevereiro pretéritos, se agudizou com a
163 sua incapacidade de perceber o desastre que se anunciava, pelo menos desde 24
164 de janeiro de 2026, devido, por favor aos caudais no rio Sado, a montante de Alcácer
165 do Sal, no site da APA e a incapacidade de então exigir a isto que eu quero dizer aos
166 Institutos do Estado Português competentes em informação preventiva do alerta e
167 depois de aviso, que pudesse ter melhorado os efeitos devastadores na baixa da
168 cidade, nas habitações, no comércio e nos serviços as cheias verificadas em 28 de
169 janeiro de 2026 e de 4 para 5 de fevereiro de 2026.

170 17 - E que a tivessem levado a promover, tempestivamente, a retirada da maior parte
171 do que aí foi destruído mal em que nem a própria autarquia ficou imune,
172 designadamente, com os danos causados nos edifícios da Ex-Abgoaria, dos Paços
173 do Concelho, no Museu Municipal, na Biblioteca Municipal e no Mercado Municipal.
174 Mais incisivamente em bens históricos irrecuperáveis.



175 18 - Atuação política comprometida ao ponto de, posteriormente, a Senhora
176 Presidente nunca haver reclamado publicamente no site da autarquia, nos órgãos de
177 comunicação social e do que foi processional por estes, nos contactos com as ilustres
178 autoridades estatuais que visitaram o Concelho. A responsabilidade do Estado para
179 indemnizar todos os danos causados não é só ajuda, para indemnizar o Estado todos
180 os danos causados pelas cheias aos cidadãos residentes e estabelecidos em Alcácer
181 do Sal. Isto é, o Estado, não só com o dever de auxiliar, mas obrigar-se à
182 reconstituição da totalidade da situação patrimonial dos mesmos, antes das cheias e
183 da perda de rendimentos, cuja determinação dos valores a pagar não será difícil,
184 enquanto, quando possível, tendo como ponto de partida a informação fiscal.

185 19 – Bem sabendo que a esmagadora maioria dos danos em Alcácer do Sal,
186 emergentes das últimas cheias, nas habitações e no património dos agentes
187 económicos, não são consequência do imponderável, por exemplo, como na região de
188 Leiria, antes da provável negligência de institutos do Estado na gestão do caudal do
189 rio Sado e da verificada omissão pelos mesmos dos avisos de risco legalmente
190 exigíveis. Com a informação sobre os níveis expectáveis de inundação, a área
191 inundada e a hora a que serão atingidos os valores mais elevados, impõe-se à
192 Câmara Municipal a estatutária obrigação de promoção e salvaguarda dos interesses
193 próprios das respetivas populações, nesta parte insistindo fortemente junto dos órgãos
194 do Estado, Governo e Assembleia da República e, em último recurso, via tribunais,
195 pelo apuramento de responsabilidades, condição para a não repetição do
196 comportamento negligente dos serviços do Estado português.

197 20 - Em conclusão, assim se declaram as divergências que subjazeram no plano
198 institucional e no plano político à minha atuação em funções executivas e à da
199 Senhora Presidente, protestando por seguir o exercício do mandato como vereador,
200 agora sem funções executivas, em observância dos princípios da candidatura a esta
201 Câmara Municipal que integramos e em prol da população de Alcácer do Sal.

202 21 - Solicita-se a transcrição integral do agora declarado na ata desta reunião.

203

204 A Presidente disse ao Vereador Mário Caixas, o que aqui trouxe hoje, é basicamente
205 igual às questões levantadas na reunião anterior, referindo que se ficou a aguardar
206 que o Vereador entregasse o documento para que o mesmo fosse posto na ata. A
207 Presidente referiu que se vai retirar a ata porque o anexo não foi entregue, A
208 Presidente disse ainda que se irá fazer a transcrição das intervenções feitas pelo
209 Vereador Mário Caixas, trazendo a ata na próxima Reunião de Câmara.

210



211 O Vereador Mário Caixas disse que na última reunião, realizada a 26 de fevereiro de
212 2026, trazia enumerado uma série de informações, de sugestões e de
213 esclarecimentos, referindo que queria dar cópia à Sra. Presidente e aos Srs.
214 Vereadores, onde a Sr.^a Presidente disse, que não havia necessidade disso, porque
215 estava tudo gravado.

216

217 A Presidente respondeu ao Vereador Mário Caixas dizendo que irá ter a respetiva
218 resposta por escrito. A Presidente referiu que ficou patente para todos o porquê do
219 despacho ter sido feito.

220

221 Período de Intervenção do Público

222

223 A Sr.^a D. Marta Gomes, disse à Presidente da Câmara Municipal, se até aqui
224 precisava de muita ajuda e muita sorte, a partir de agora com certeza ainda vai
225 precisar de muito mais sorte para que as coisas corram de acordo com aquilo que são
226 as suas expectativas e as expectativas dos alcacerenses. Desejando votos de muito
227 boa sorte daqui para a frente porque vai precisar seguramente dela.

228

229 A Presidente agradeceu a intervenção da D. Marta Gomes

230

231 O Sr. José Manuel Campos, disse ser alcacerense, mas não residente nesta cidade,
232 referiu que esteve na 1^a Reunião de Câmara e na altura solicitou que tanto as
233 Reuniões de Câmara como as Sessões da Assembleia Municipal, fossem
234 transmitidas para que toda a Comunidade Alcacerense não residente, as possam
235 acompanhar, questiona então como está a referida situação.

236

237 A Presidente respondeu ao Sr. José Manuel Campos, que o equipamento para se
238 poder fazer a respetivas transmissões terá de ser adquirido, no entanto já foi solicitado
239 aos Técnicos do Município para fazerem uma avaliação. A Presidente concluiu,
240 dizendo que em primeiro lugar fazer-se-á as transmissões das sessões da Assembleia
241 Municipal e só depois as Reuniões de Câmara.

242

243 Ordem do Dia

244

245 Aprovação da ata:

246 Foi dispensada a leitura da ata por a mesma ter sido previamente distribuída.

247 - A ata n.º 03 de 26 de fevereiro de 2026.



248 A Presidente referiu que se retira a ata, pois a mesma diz ter um documento em anexo
249 e não é o caso, assim virá na próxima Reunião de Câmara.

250 Deliberação: Aprovada por unanimidade, retirar a ata.

251

252 Foi dado conhecimento do saldo de Tesouraria, o qual se dá por integralmente
253 reproduzido no anexo I à presente ata.

254

255 01 – Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal
256 para provimento no cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe da Divisão de
257 Assuntos Sociais, Associativismo e Desporto, a qual se dá por reproduzida no anexo II
258 à presente ata.

259 A Proposta foi apresentada pela Presidente.

260 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

261

262 02 – Análise e votação da proposta referente às normas de apresentação de
263 documentos em forma digital no âmbito de processos em matéria de urbanismo, a qual
264 se dá por reproduzida no anexo III à presente ata.

265 A Proposta foi apresentada pela Presidente.

266 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

267

268 03 – Análise e votação da proposta referente à isenção das taxas devidas pela
269 realização de vistorias no âmbito dos pedidos de apoio financeiro para obras e
270 intervenções necessárias à reparação, reabilitação ou reconstrução de habitação
271 própria e permanente, afetadas pelas intempéries e cheias, a qual se dá por
272 reproduzida no anexo IV à presente ata.

273 A Proposta foi apresentada pela Presidente.

274 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

275

276 04 – Análise e votação da proposta referente à isenção temporária das taxas de
277 ocupação do espaço público para os comerciantes afetados pelas cheias em
278 consequência das intempéries que assolaram o concelho de Alcácer do Sal, a qual se
279 dá por reproduzida no anexo V à presente ata.

280 A Proposta foi apresentada pela Presidente.

281 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

282



283 05 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de auxílios económicos
284 diretos a alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – Ano letivo
285 2025-2026, a qual se dá por reproduzida no anexo VI à presente ata.

286 A Proposta foi apresentada pela Presidente.

287 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

288

289 06 – Análise e votação da proposta referente à destruição de documentos
290 contabilísticos existentes na cave sita no edifício dos Paços do Concelho em
291 consequência das cheias motivadas pela tempestade “Kristin”, a qual se dá por
292 reproduzida no anexo VII à presente ata.

293 A Proposta foi apresentada pelo Vereador António Grilo.

294 Intervenções:

295 O Vereador Arlindo Passos, questionou sobre quem vai executar este trabalho, uma
296 vez que está em causa a saúde pública.

297 A Presidente respondeu ao Vereador Arlindo Passos, dizendo que se irá contatar
298 novamente as Entidades competentes para indicarem a forma de se proceder à
299 respetiva remoção.

300 O Vereador António Grilo, disse que os Bombeiros de Alcácer do Sal estão munidos
301 de equipamento que permite fazer a remoção, no entanto a questão que se põe é para
302 onde serão encaminhados os respetivos resíduos.

303 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

304

305 07 – Análise e votação da proposta referente à isenção de pagamento de rendas e
306 taxas – Estado de Calamidade, a qual se dá por reproduzida no anexo VIII à presente
307 ata.

308 A Proposta foi apresentada pelo Vereador António Grilo.

309 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

310

311 Não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião pelas
312 10h15m, sendo a respetiva ata aprovada em minuta, a fim das deliberações
313 constantes da mesma adquirirem eficácia, nos termos do art.º 57.º, nºs 3 e 4 da Lei n.º
314 75/2013, de 12 de setembro. E eu, Maria Manuela Martins Caixas Carradinha,
315 Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi a presente
316 ata que assino com a Presidente da Câmara Municipal.

317

318 A Presidente da Câmara Municipal

A Assistente Técnica

319





320



